



País terá marco legal contra o tráfico internacional de pessoas

Projeto que foi aprovado em Plenário e seguiu para sanção presidencial estabelece pena de quatro a oito anos de prisão e resultou de CPI que atuou no Senado

O Plenário aprovou ontem projeto que institui no país um marco regulatório de prevenção e repressão ao tráfico nacional e internacional de pessoas. A proposta, resultado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que atuou no Senado em 2011, adapta a legislação brasileira ao Protocolo de Palermo, do qual o Brasil é signatário. O texto tipifica o crime, sujeito a pena de quatro a oito anos de prisão e multa. Permanecem valendo as condições atenuantes e agravantes.

Atualmente, a lei brasileira se limita a tipificar o tráfico de mulheres para exploração sexual e o tráfico de crianças. A proposta aprovada passa a abranger o tráfico para trabalhos forçados e para o transplante de órgãos. O projeto estabelece ainda medidas de assistência, como a oferta de seguro-desemprego às vítimas de trabalho escravo ou exploração sexual. Por acordo em Plenário, foi retomada a versão que o Senado havia aprovado anteriormente, em vez de substitutivo da Câmara. **3**



Jorge Viana preside sessão que aprovou a adaptação da legislação brasileira a protocolo internacional contra o crime



Relator da PEC de reforma política, Aloysio (D) deu parecer favorável ao texto

Plenário discute proposta que modifica regras para eleições

Proposta de emenda constitucional que extingue coligações nas eleições proporcionais, cria cláusula de barreira para partidos e reforça a

fidelidade partidária passou ontem pela primeira sessão de discussão em Plenário, após aprovação na Comissão de Constituição e Justiça. **8**

Trabalho terceirizado no setor aéreo é precário, aponta debate

Aeroviários terceirizados são explorados por empresas contratadas para auxiliar o transporte aéreo, denunciaram ontem debatedores

em audiência no Senado. Segundo eles, as condições de trabalho chegam a ser comparadas às de regime escravo. **4**



Paim (de pé) coordena audiência que discutiu jornada, salários e segurança

Previdência responde por maior parte dos gastos, diz ministro

Na primeira audiência na Comissão de Orçamento para explicar a proposta orçamentária de 2017, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, defendeu medidas “duras

e enérgicas” para ajustar as contas públicas. Cobrou “parcimônia” do Congresso no exame do Orçamento e responsabilizou a Previdência pela maioria dos gastos. **5**



Relator do Orçamento, Braga (à mesa, à esq.) questiona Dyogo Oliveira

Dois municípios poderão contrair empréstimos

A cidade baiana Alagoinhas e a capital sul-matogrossense, Campo Grande, estão autorizadas a contratar créditos externos nos valores de US\$ 11,5 milhões e US\$ 56 milhões, respectivamente, segundo propostas aprovadas ontem pelo Plenário do Senado. **5**

Senado autoriza perdoar dívida de nações africanas

Após aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos, o Plenário decidiu ontem autorizar o perdão de parte das dívidas de países africanos muito endividados, por recomendação do Clube de Paris. O mais beneficiado foi a Tanzânia, com perdão de US\$ 203,6 milhões. **5**

Projeto criminaliza violência contra cães e gatos **8**

Frente parlamentar vai defender o serviço público **2**

Brasil deve reforçar programa nuclear, avalia diplomata **7**

Turismo poderá ser beneficiado pela Lei Rouanet **6**

Venda de créditos públicos volta para comissão **3**

Senadores pedem investigações sobre a Casa Civil **2**

Amazônia Legal sofre com pistas de pouso, diz Anac **4**

Frente parlamentar pelo serviço público é lançada

Grupo foi criado em audiência da Comissão de Direitos Humanos. Intenção é garantir a estabilidade dos servidores e impedir aprovação de propostas que diminuam as conquistas trabalhistas

A FRENTE PARLAMENTAR Mista em Defesa do Serviço Público tem como objetivo garantir a estabilidade para os servidores, além de barrar propostas que possam ameaçar conquistas trabalhistas. A explicação foi dada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS).

O grupo foi criado durante uma audiência pública ontem, na comissão. O encontro, que teve como tema “Serviço público — mitos, verdades, desafios e soluções”, reuniu parlamentares e representantes de movimentos sindicais e associações de trabalhadores.

O senador disse estar em curso um ataque aos direitos dos trabalhadores do setor público e da iniciativa privada. Barrar esse avanço, segundo ele, é um dos propósitos da frente parlamentar.

— A frente parlamentar tem que pressionar o Congresso a debater, além de levar subsídios para que os deputados e senadores possam se contra-



Anúncio foi feito por Paim (C) em audiência sobre os desafios dos servidores

por às medidas apresentadas pelo governo que vão na linha de tirar direitos dos trabalhadores. Essa mobilização e a pressão são fundamentais — assinalou Paim.

Simultaneamente ao debate e à criação da frente parlamentar mista, houve manifestação de trabalhadores na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A comissão organizadora do movimento estima que participaram da manifestação 15 mil pessoas, entre integrantes de movimentos sociais e trabalhadores dos setores público e privado.

O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos Gomes

dos Santos, criticou a proposta de emenda à Constituição em análise na Câmara dos Deputados (PEC 241/2016) que limita pelos próximos 20 anos o aumento dos gastos públicos à inflação do ano anterior. Ele reprovou possíveis reformas trabalhista e da Previdência Social.

— Essa reforma trabalhista se resume apenas a um ponto, que é a prevalência do que é negociado sobre a legislação. Se passar essa reforma, nós podemos rasgar todo o resto da legislação laboral; não existe mais Consolidação das Leis do Trabalho, não existe mais lei nenhuma — afirmou o sindicalista.

Programa Mais Médicos é prorrogado até 2019

Os prazos de atuação dos profissionais do Programa Mais Médicos contratados por meio de intercâmbio foram prorrogados por mais três anos. É o que estabelece a Lei 13.333/2016, sancionada pela Presidência da República e publicada ontem no *Diário Oficial da União*. A lei tem origem no Projeto de Lei de Conversão 16/2016 (Medida Provisória 723/2016), aprovado pelo Plenário do Senado em 24 de agosto.

Os prazos dos contratos, que acabariam em outubro de 2016, irão até outubro de 2019. Serão beneficiados profissionais brasileiros formados no exterior e estrangeiros que trabalham no programa sem

diploma revalidado no país.

A MP, editada pela ex-presidente Dilma Rousseff, prorroga por igual período o visto concedido aos médicos intercambistas estrangeiros inscritos no programa. Segundo o Ministério da Saúde, a medida permitirá que 7 mil profissionais fiquem no país.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), é um absurdo que os médicos estrangeiros não sejam reavaliados. O senador afirma que a exigência de uma revalidação do diploma seria um ato de respeito aos cidadãos e aos pacientes que, segundo ele, necessitam de qualificação na área da saúde.

De acordo com Humberto Costa (PT-PE), o projeto tem

enorme alcance social e é aprovado por 90% dos usuários do SUS.

O Mais Médicos conta com cerca de 13 mil profissionais estrangeiros devido à baixa procura pelos médicos formados no Brasil.

A lei prevê a necessidade de exame de revalidação do diploma para o médico estrangeiro poder atuar no Brasil fora do programa. A prorrogação da autorização para exercer medicina no âmbito do Mais Médicos evitará que o profissional deixe o programa para atuar em regiões onde há menos carência, se ele optar pelo exame de revalidação do diploma.

(Com Agência Câmara)

Senado do Futuro vai discutir segurança alimentar

A Comissão Senado do Futuro vai promover seminários e audiências públicas até novembro para discutir políticas públicas que garantam a segurança alimentar e melhor nutrição para a população. O plano de trabalho foi aprovado ontem pelo colegiado.

A comissão quer identificar atores sociais e agentes econômicos com atuação relevante na área de segurança alimentar. O plano inclui pesquisa

pelo DataSenado e enquetes pelo Portal e-Cidadania.

Essas sugestões foram apresentadas pelo relator, Cidinho Santos (PR-MT), com o objetivo de avaliar as políticas públicas para garantir segurança alimentar e melhoria nutricional.

— Até 2030, queremos dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores, garantir sistemas sustentáveis de produção e

implementar práticas agrícolas que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação ao clima e que melhorem a qualidade da terra e do solo.

As datas das audiências públicas e seminários ainda serão definidas. A Comissão Senado do Futuro tem como presidente Wellington Fagundes (PR-MT) e é formada por 11 senadores titulares e 11 suplentes.

Senadores pedem que PGR investigue Eliseu Padilha e Grace Mendonça

Um grupo de senadores entrou ontem com uma representação na Procuradoria-Geral da República contra o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e a advogada-geral da União, Grace Mendonça. Eles pedem a instauração de inquérito apurando denúncias do ex-titular da AGU, Fábio Medina Osório, que acusou o governo de criar obstáculos à Lava Jato.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou que, além da Rede, o PT e o PCdoB cobrarão uma ação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para esclarecer o caso. Ele questionou a manutenção

de Padilha na Casa Civil.

— A oposição não aceitará que nós tenhamos no Palácio do Planalto, na sala contínua à do presidente, alguém que opera para desarticular uma investigação criminal. Por denúncias menos graves já tivemos ministro que caiu.

Na segunda, Humberto Costa (PT-PE) e Randolfe já haviam representado requerimentos dirigidos a Padilha e Grace para que esclareçam suas atuações na demissão do ex-advogado-geral. Os senadores também apresentaram pedidos de convocação das duas autoridades para explicarem o caso no Senado.

Renan defende desvincular salários do Supremo da administração pública

Renan Calheiros informou que a proposta que reajusta em 16,38% os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal só irá ao Plenário depois de passar pela Comissão de Assuntos Econômicos. O presidente defendeu o fim da vinculação entre os vencimentos de ministros

e outros cargos da administração pública. Renan disse que é necessário derrubar liminar que reajusta automaticamente a remuneração da magistratura estadual.

— Cada estado deve votar o reajuste do Judiciário e não pode haver uma indexação por decisão do Parlamento.

Piselo afirma que fará atuação firme e ética como suplente

Em seu primeiro discurso, o senador Gilberto Piselo (PDT-RO) destacou que os brasileiros cobram dos parlamentares a modernização das leis e o fim da corrupção. Piselo é advogado e tomou posse na quinta, com o afastamento temporário de Acir Gurgacz (PDT-RO).

Segundo ele, a sociedade quer firmeza e ética.

— Essa conduta eu sempre adotei e por ela pautei a minha vida.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Armando Monteiro alerta para prejuízos da elevação cambial

Após destacar a valorização da taxa de câmbio em cerca de 20% neste ano, Armando Monteiro (PTB-PE) alertou para o fato de que essa forte alta precisa ser contida, pois prejudica a rentabilidade do setor exportador e o processo de substituição de importações.

— A política econômica precisa evitar as consequências danosas de uma apreciação excessiva, que retira competitividade e inibe a ampliação das vendas externas do país.



Valdemir Barreto/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Mundo do trabalho

9h Audiência pública sobre desemprego, aposentadoria e discriminação.

MP 744/2016 EBC

10h Instalação da comissão da medida provisória que trata da reestruturação da Empresa Brasil de Comunicação.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

11h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

PLENÁRIO Pauta trancada

11h A pauta está trancada pelas Medidas Provisórias 728/2016, que recria o Ministério da Cultura, 729/2016 e 730/2016.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Acordo em Plenário garantiu a retomada do projeto aprovado anteriormente no Senado, em vez do substitutivo da Câmara

Vai a sanção marco legal contra o tráfico de pessoas

Texto aprovado ontem fixa pena de 4 a 8 anos de prisão, adapta a lei brasileira a protocolo internacional e resulta de CPI que atuou em 2011

O BRASIL TERÁ em breve um marco regulatório para prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas. O Plenário aprovou ontem projeto de lei do Senado (PLS) que ratifica acordo internacional. O texto, que também estabelece medidas de atenção às vítimas do tráfico, segue para sanção presidencial.

Pelo projeto (PLS 479/2012), fica tipificado o tráfico de pes-

soas, sujeito a pena de quatro a oito anos de prisão, além de multa. Permanecem as circunstâncias atenuantes, como a condição de réu primário e não integrante de organização criminosa, e agravantes, como a retirada da vítima do território nacional.

A proposta prevê ainda oferta de seguro-desemprego às vítimas do tráfico submetidas a condição análoga à de escravo ou a exploração sexual.

O projeto é da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, que atuou no Senado em 2011. A aprovação adapta a lei brasileira ao Protocolo Adicional à

Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Protocolo de Palermo), do qual o Brasil é signatário.

Hoje a legislação se limita a tipificar o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e o tráfico de crianças. Com a proposta, a legislação passa a abranger o tráfico para trabalhos forçados e transplantes de órgãos.

Por acordo em Plenário, a pedido da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi restabelecido o texto original aprovado no Senado, em vez do substitutivo da Câmara.

Antes de ir ao Plenário, venda de crédito público voltará a comissão

O Plenário decidiu ontem devolver para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto que permite à administração pública vender para pessoas jurídicas privadas os direitos sobre créditos de qualquer natureza. O PLS 204/2016 tem gerado polêmica entre os senadores, que preferiram aprofundar o debate na comissão. O texto permanecerá em regime de urgência para ganhar prioridade quando voltar ao Plenário.

Na sessão de ontem, o projeto, do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), foi criticado por Roberto Requião (PMDB-PR), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Kátia Abreu (PMDB-TO), que manifestaram preocupação com eventuais descontroles fiscais que a medida poderia acarretar. Requião chamou a proposta de “desastre anunciado”, observando que trata-se de antecipação de receita orçamentária (ARO) sem previsão de liquidação no mesmo ano, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

— Estamos diante de um projeto injurídico, imoral e que tende a comprometer administrações futuras — disse.

O projeto prevê que um chefe de Executivo poderia usar a autorização para vender dívidas parceladas que ultrapassam o final da sua gestão, obtendo assim receitas de créditos futuros. Lindbergh advertiu que essa brecha poderia resultar em gestões presentes comprometendo a programação futura dos cofres públicos.

O texto não estipula limite para o deságio da negociação do crédito — a diferença entre o valor nominal e o valor negociado da dívida repassada, sendo este último mais baixo. Kátia avaliou que esse vácuo é “temerário”, pois prefeitos e governadores podem cair em negociações desvantajosas para obter receita rapidamente.

O relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), tentou dissipar as preocupações dos colegas. Ele afirmou, entre outros argumentos, que a venda de créditos não constitui antecipação de receita porque é uma transferência, não um empréstimo, e não cria obrigação de quitação para o poder público. O projeto busca aumentar a arrecadação de União, estados e municípios.

RÁPIDAS

REcriação DO MINISTÉRIO DA CULTURA TRANCA A PAUTA

A pauta de votações do Plenário está trancada por três medidas provisórias que serão discutidas hoje e devem ser votadas na próxima semana. A MP 728/2016 recria o Ministério da Cultura e quatro órgãos ligados ao Ministério da Justiça: a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a dos Direitos da Pessoa Idosa, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A MP 729/2016 trata da transferência de recursos da União a municípios e ao DF para a educação infantil. A MP 730/2016 abre crédito extraordinário de R\$ 150 milhões para a Justiça Eleitoral viabilizar as eleições municipais deste ano.

ATOS ADMINISTRATIVOS DO TOCANTINS SÃO DISCUTIDOS

O Plenário fez ontem a segunda sessão de discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2015, que convalida atos administrativos do estado do Tocantins. Apresentado pelo senador Vicentinho Alves (PR-TO), o texto precisa passar por mais três sessões de discussão antes da votação em primeiro turno. Vicentinho explicou que, como Tocantins foi criado pela Constituição em 1988, toda a parte administrativa do estado começou do zero. Assim, vários atos administrativos entre 1989 e 1994 precisam ser convalidados para que, por exemplo, aposentadorias sejam autorizadas. Atos administrativos são todas as decisões do Estado que não sejam leis.

Vanessa avalia que Câmara acertou ao cassar Cunha

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou correta a decisão da Câmara de cassar o mandato de Eduardo Cunha.



— Gostaríamos que o fato ocorrido ontem tivesse ocorrido muito antes — comentou ela, acrescentando que o processo contra o ex-deputado foi o que causou o impeachment de Dilma.

Para Vanessa, declarações de Cunha após a cassação deixam claro que os objetivos principais do impeachment eram parar a Lava Jato e mudar o projeto de desenvolvimento nacional que vinha sendo aplicado no país.

Lasier: cassação faz parte de processo de limpeza na política

Lasier Martins (PDT-RS) afirmou que a cassação de Eduardo Cunha é mais um capítulo de um importante processo de depuração pelo qual passa a política brasileira. O senador disse que a organização criminosa que se alastrou pela administração pública está sendo desbaratada pela Lava Jato e que é preciso evitar paralisações na investigação.



Para ele, o país precisa ir fundo nas investigações e punir os culpados para que se ponha fim à longa sangria provocada pela corrupção nos cofres públicos.

Para Capiberibe, decisão pode pôr fim a conduta viciada

Segundo João Capiberibe (PSB-AP), a cassação do mandato de Eduardo Cunha pode pôr fim a uma conduta política viciada no poder econômico.



Ele defendeu “tolerância zero com a corrupção” e disse que, pela primeira vez, fortes representantes políticos estão sendo alcançados pela Justiça.

Capiberibe pediu a continuidade das investigações:

— Não podemos aceitar qualquer recuo nesse momento, até porque as investigações que culminaram com a prisão de políticos e de empresários precisam se aprofundar.

Segundo Lídice, não é possível tolerar mais atos criminosos

Para Lídice da Mata (PSB-BA), a cassação de Eduardo Cunha é um ato importante “para passar o Brasil a limpo e transmitir a mensagem de que não é possível continuar a tolerar atos criminosos”.



Segundo ela, Cunha cometeu crime de lesa-pátria e desvio de poder na Presidência da Câmara, quando teria beneficiado aliados políticos e comandado a “ação deletéria” que levou ao impeachment de Dilma.

Lídice ainda criticou o governo Temer e destacou os baixos índices de aprovação do presidente.

Fátima: povo na rua diz “não” a Temer e à agenda do governo

O país se tornou palco de uma imensa “teia de resistência democrática” para dizer “não” à agenda que o governo Temer tenta impor para retirar direitos dos trabalhadores, disse Fátima Bezerra (PT-RN) na segunda-feira. Ela se referiu às manifestações feitas em vários estados contra o governo e contra a proposta que impõe teto para gastos públicos (PEC 241/2016).

A senadora destacou mobilização marcada para o dia 22, quando a CUT e outras centrais sindicais farão protestos em todos os estados.

— O recado no centro dessas manifestações é claro: é o repúdio ao golpe, à retirada de direitos — afirmou.

Cidinho afirma que burocracia fomenta corrupção no país

Cidinho Santos (PR-MT) destacou, na segunda-feira, a necessidade de diminuir a burocracia no Brasil. O senador lamentou que projetos, obras e licenças se arrastem lentamente no país devido à burocracia e disse que a prática fomenta a corrupção em toda a máquina pública.



— É preciso promover a revisão de práticas administrativas que estimulem a desburocratização e que remontam aos primórdios da administração colonial. — disse. — As consequências do excesso de burocracia para o país são terríveis.

Setor aéreo tem condições precárias de trabalho, afirmam debatedores

Pesquisa mostra que salário de terceirizados é inferior ao de efetivos, jornada de trabalho é mais extensa, sem horas extras, e segurança é falha

A SITUAÇÃO PRECÁRIA de trabalho de aeroviários foi criticada ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O debate enfocou as condições trabalhistas de terceirizados do setor com funções nas áreas de engenharia, transportes, manutenção e atendimento. Participaram da audiência representantes de sindicatos, autoridades e trabalhadores terceirizados.

O secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística, Nilton Oliveira, denunciou as condições ruins de trabalho dos aeroviários



Paim preside audiência sobre situação trabalhista de terceirizados no setor aéreo, que senador comparou a regime escravo

e ressaltou a diferença dos salários entre efetivos e terceirizados que exercem as mesmas funções.

— Eu poderia falar aqui várias horas sobre o problema que nos afeta, que é a questão das empresas terceirizadas, as auxiliares em transporte aéreo, que vêm explorando cada vez mais os trabalhadores. Chega a ser análogo à escravidão o trabalho que acontece nesses aeroportos.

Durante o debate, foi apre-

sentado um levantamento feito pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), envolvendo Aeroportos Internacionais de Guarulhos (SP), Brasília e Fortaleza. O estudo foi feito com 500 trabalhadores e apontou salários inferiores para os terceirizados, jornadas de trabalho excedentes, sem horas extras, e falta de segurança no ambiente de trabalho — fatores que o presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS),

comparou ao regime escravo.

— É voltar na época que a gente não tinha CLT, não tinha trabalhadores e querem voltar para um regime praticamente de escravidão — afirmou o senador.

Participaram também da audiência representantes do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, da Federação Nacional dos Trabalhadores na Aviação Civil, além de trabalhadores terceirizados da categoria.

Anac: aeródromos na Amazônia Legal têm falhas

A precariedade na infraestrutura e na segurança dos aeródromos na Amazônia Legal foi denunciada ontem em debate da Comissão Especial de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica. A comissão analisa a proposta de revisão da norma (PLS 258/2016).

Segundo o representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tárík de Souza, os principais problemas detectados nas inspeções na Amazônia Legal envolvem sinalização e pavimentação deficiente, obstáculos na pista, drenagem insatisfatória e inoperância ou ineficiência no serviço de prevenção a in-

cêndios. Os maiores desafios apontados foram a ausência de operadores capacitados e a permissão de acesso a pessoas não autorizadas ao aeródromo.

O coronel da Força Aérea Brasileira Mauricio Hupalo reforçou que o cenário é difícil. Segundo ele, a Comissão de

Aeroportos da Região Amazônica (Comara) tocava 24 obras em 2010 e hoje executa apenas 3. A verba para esses serviços caiu de R\$ 100 milhões em 2009 para R\$ 15 milhões em 2015.

— Se perdurar essa situação, não poderemos manter a Comara funcionando.

Conselheiro da Associação Brasileira de Táxi Aéreo, Gilberto Scheffer encaminhou sugestão de emenda ao PLS 258/2016. A intenção é regularizar a operação de táxi-aéreo em terras indígenas e locais de difícil acesso na região.

Paulo Rocha (PT-PA) disse ser complicado fazer um novo código aeronáutico que resolva tantas especificidades. Mais otimista, o relator, José Maranhão (PMDB-PB), acredita que será possível “normatizar a aviação em todos os seus meandros”. Pedro Chaves (PSC-MS), vice-presidente da comissão, lamentou a regressão no volume de verbas do setor.



Hupalo diz, ao lado de Chaves (C) e Maranhão (2º à esq.), que cenário é difícil

Caatinga pode ganhar política que garante proteção e crescimento

A Caatinga, o mais fragilizado dos biomas brasileiros, poderá ganhar mais proteção e estímulo ao crescimento com preservação dos recursos naturais. A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem projeto que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga. A proposta (PLS 222/2016) segue agora para análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o autor, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a política servirá para orientar ações públicas de longo prazo que garantam ações articuladas para compatibilizar as atividades econômicas e a proteção do meio ambiente.

O senador resalta que as áreas mais sujeitas à desertificação no Brasil encontram-se na Caatinga, evidenciando a fragilidade do bioma.

Em análise favorável do projeto, o relator, José Pimentel (PT-CE), afirma que a nova política será de grande relevância para a definição das prioridades e o estabelecimento de diretrizes para os planos anuais de aplicação dos recursos dos Fundo Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Um dos princípios a serem observados pela política para a Caatinga será exatamente o combate à desertificação e a adaptação a mudanças climáticas.

Dúvidas sobre a constitucionalidade de projeto que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió levaram a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) a aprovar ontem requerimento para que o projeto (PLS 549/2015) passe antes pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto de Benedito de Lira (PP-AL) havia recebido substitutivo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que incluiu municípios de Pernambuco. A relatoria foi assumida depois por Simone Tebet (PMDB-MS).

José Pimentel (PT-CE) afirmou não ter dúvida sobre o mérito da proposta, mas

salientou que ela apresentava “problema constitucional gravíssimo”. Segundo o senador, o texto tratava de tema de iniciativa do Executivo. Ele lembrou que a CCJ vem adotando uma solução diante desse tipo de proposta: arquivar e aprovar uma indicação ao Executivo para que esse Poder possa avaliar a conveniência de propor projeto com o mesmo teor.

O objetivo da criação da região integrada é articular e harmonizar as ações administrativas da União e dos estados de Alagoas e de Pernambuco.

A CDR aprovou também emenda da Câmara ao PLS 521/2011, de Eduardo Amorim (PSC-SE), que inclui municípios no Sistema Nacional de Turismo.

Alvaro pede mais atenção do governo à agricultura

Alvaro Dias (PV-PR) cobrou mais sensibilidade do governo para a agricultura, lembrando que o setor vem sendo responsável pelo superávit na balança comercial, gerando US\$ 942 bilhões entre 1990 e 2015.

O senador ressaltou que o setor agrícola enfrenta fragilidades, como ausência de segurança jurídica, desrespeito de invasores à legislação e falta de estrutura para acesso aos terminais portuários.

— Nós temos know-how, temos tecnologia, precisamos de melhor gestão, principalmente a pública.

Randolfe comemora 73 anos da criação do território do Amapá

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) saudou, na segunda-feira, os 73 anos de criação do território federal do Amapá, hoje estado. O senador afirmou que o Amapá é um espaço privilegiado para plantios e demonstrou orgulho da diversidade de ecossistemas e povos.

— É o Amapá o local desse conjunto de cinco ecossistemas. É o Amapá o local de domínios geográficos distintos. Nos orgulhamos de ser o estado da Federação com todas as suas terras indígenas já demarcadas e o único estado em que nossos ecossistemas originais ainda estão de pé.

Hélio José: Parlatino deve ter meta de energia renovável

Hélio José (PMDB-DF) defendeu o desenvolvimento, pelos 23 países-membros do Parlatino, de planos nacionais para uso de energia renovável que busquem a sustentabilidade.

Como membro do Parlatino, ele apresentou este mês, em reunião no Chile, projeto do Marco Regulatório de Energia Renovável para a América Latina e Caribe.

Na segunda-feira, o senador chamou a atenção para as mortes por suicídio, destacando que a campanha Setembro Amarelo alerta para esse mal, que mata 30 pessoas por dia no Brasil.

Ministro alerta para gastos e cobra cuidado do Congresso

Em audiência na Comissão de Orçamento para explicar a proposta do Executivo, Dyogo Oliveira diz que ajuste exige medidas duras e enérgicas

O MINISTRO DO Planejamento, Dyogo Oliveira, defendeu ontem a adoção de um ajuste fiscal “gradual, mas contínuo”, com medidas “bastante duras e enérgicas”, como forma de recuperar o equilíbrio do governo federal nos próximos três anos, além da confiança da população e dos empresários.

Ele alertou para a situação fiscal e cobrou “parcimônia, cuidado e bastante atenção” na discussão do Orçamento de 2017, que prevê, entre outros gastos, o pagamento de R\$ 339 bilhões em juros, correspondente a 4,97% do produto interno bruto (PIB).

— A situação é muito difícil, mas a economia começa a dar alguns sinais de recuperação. Os parâmetros utilizados na elaboração do Orçamento estão muito próximos das projeções do mercado.

Na primeira audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para explicar a pro-



A maior parte dos gastos da União é com a Previdência, diz ministro na comissão

posta enviada pelo Executivo, Oliveira afirmou que não há previsão de criar impostos e contribuições. Ele chamou a atenção para a trajetória crescente da despesa total do governo desde 1997, que atingirá 19,3% do PIB em 2017.

— É preciso consciência e clareza de que não poderemos repetir a trajetória dos últimos 20 anos, sob pena de colocarmos o país sob sério risco fiscal. As despesas obrigatórias cresceram de 10% do PIB para 15,6%, enquanto as discricionárias ficaram praticamente estáveis, de 3,8% em 1997 para 3,75% do PIB em 2017 — comparou.

A maior parte refere-se aos

gastos previdenciários, com R\$ 562 bilhões do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e R\$ 114 bilhões dos inativos da União, além de R\$ 170 bilhões do funcionalismo federal. O déficit previdenciário está previsto em 2,7% do PIB.

Oliveira explicou que a proposta orçamentária já reserva cerca de R\$ 14 bilhões para as emendas parlamentares e que a emenda constitucional com teto para gastos não terá impacto sobre elas. Em resposta ao relator do Orçamento, Eduardo Braga (PMDB-AM), ele disse que há “enorme preocupação” no uso de créditos extraordinários, para que não haja dúvidas.

Comissão autoriza R\$ 3 bi em atraso

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto de iniciativa do governo (PLN 14/2016) que destina R\$ 3 bilhões para pagar a participação do Brasil em cerca de 50 organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

São contribuições obrigatórias ou voluntárias assumidas

pelo governo brasileiro para integrar os organismos. O projeto, aprovado na forma de crédito suplementar, será submetido ao Plenário do Congresso. Segundo o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o Brasil tem parcelas atrasadas, o que prejudica a atuação nos organismos multilaterais. Em alguns casos, a inadimplência exclui o país de fóruns importantes, porque perde o direito ao voto.

Novo vice-líder do governo na CMO, o deputado Claudio Cajado (DEM-BA) reforçou

a necessidade de votação do projeto, aprovado por unanimidade.

— Esta é uma situação que nos envergonha perante os organismos internacionais.

A CMO aprovou mais sete projetos de crédito, entre eles o PLN 12/2016, que destina R\$ 187,9 milhões para obras no Judiciário, e o PLN 7/2016, que libera R\$ 73,5 milhões à Presidência da República e aos Ministérios do Esporte e do Turismo promover as Olimpíadas e Paralimpíadas.

(Com Agência Câmara)

Viana pede à Infraero solução para reforma do aeroporto de Rio Branco

Jorge Viana (PT-AC) cobrou da Infraero solução rápida para que o aeroporto de Rio Branco possa funcionar plenamente. Ele disse que as obras de reforma já duram dois anos e, apesar da recuperação da pista de pouso, o aeroporto funciona com limitação de horários.

— A população não aguenta mais pagar passagens caras e ter baixa oferta de voos, exclusivamente nas madrugadas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela cobra integração de Roraima ao sistema elétrico nacional

Ângela Portela (PT-RR) criticou a energia “ruim e cara” em Roraima. Ela relatou que a concessionária que constrói o Linhão de Tucuruí devolveu a concessão, o que complica ainda mais a situação. Roraima é o único estado isolado do Sistema Interligado Nacional e o linhão poria fim ao isolamento, explicou.

— Cobro do governo federal uma ação mais incisiva para que se rompa esse impasse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Amorim quer Força Nacional contra a violência em Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) pediu ao governo federal apoio da Força Nacional para ajudar a garantir a segurança em Aracaju, que já registrou 884 assassinatos neste ano. Ele relatou que os homicídios e assaltos aumentaram exponencialmente, gerando um grave clima de insegurança.

— Pedi audiência com o ministro da Justiça para requerer a ida de tropas da Força Nacional ao estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aprovado crédito externo para Campo Grande e Alagoinhas

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução (PRS 46/2016) que autoriza a contratação de empréstimo internacional para o município de Alagoinhas, na Bahia. Também aprovou mensagem da Presidência da República (MSF 80/2016) de operação de crédito para Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.

De autoria de Lídice da Mata (PSB-BA), o PRS 46/2016 prorroga o prazo estabelecido na Resolução 37/2014, que autorizou Alagoinhas a contratar financiamento externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 11,5 milhões. Os recursos são destinados ao Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Promoção Social do município.

— Trata-se de um dos mais importantes municípios do nosso estado, com a melhor água mineral do país, com um polo de indústria de bebida em grande desenvolvimento e que precisa de recursos para vir a garantir infraestrutura

urbana para todos os seus moradores — destacou a senadora.

A operação de crédito externo para Campo Grande autoriza contratação de US\$ 56 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado do município. Pedro Chaves (PSC-MS) explicou que a iniciativa visa à revitalização do centro da capital do estado, com melhoria da infraestrutura e dos espaços públicos, além de aumentar a eficiência do sistema de transporte coletivo e a acessibilidade ao local.

Pela manhã, as duas operações passaram pelo crivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e obtiveram urgência. A operação com o BID contou com o relatório favorável de Wellington Fagundes (PR-MT). No caso de Alagoinhas, o parecer favorável do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi lido por Regina Sousa (PT-PI).



Gleisi Hoffmann presidiu reunião que aprovou perdão de dívidas e empréstimos

Senado permite perdoar parte da dívida de países africanos

A renegociação, com perdão de parte das dívidas de países africanos com o Brasil, foi aprovada ontem em Plenário, depois de ser examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos pela manhã. O valor global das dívidas alcança US\$ 709,1 milhões. O montante perdoado vai beneficiar os seguintes países: Tanzânia (US\$ 203,6 milhões), Zâmbia (US\$ 90,7 milhões), Costa do Marfim (US\$ 7,7 milhões) e República Democrática do Congo (US\$ 2,5 milhões). As propostas vão à promulgação.

De acordo com o governo, essas autorizações integram o esforço da comunidade internacional de renegociar ou perdoar dívidas de países pobres altamente endividados, seguindo recomendação do Clube de Paris, instituição informal constituída por 19 nações desenvolvidas para ajudar financeiramente

aquelas em dificuldade. O objetivo é permitir que esses países tenham condições de retomar a trajetória de desenvolvimento e combater a pobreza.

Os valores perdoados variam de 53,7% a 86% das dívidas consolidadas desses países com o Brasil. O governo optou por reduzir o valor devido, em vez de baixar a taxa de juros para não estender o perfil da dívida por muito tempo, conforme o Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior, órgão responsável pela renegociação.

As dívidas foram contraídas nas décadas de 70 e 80, quando o Brasil usou recursos públicos para financiar a venda de produtos e serviços de empresas brasileiras ao continente africano. As autorizações para o perdão estavam paradas na CAE desde 2013 à espera de informações do Ministério da Fazenda.

Avança projeto que inclui turismo entre beneficiados pela Lei Rouanet

Objetivo é estimular o setor por meio de produtos culturais financiados pelo Fundo Nacional de Cultura e pelo IR das empresas

APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E culturais que promovam destinos e produtos turísticos brasileiros podem ser incluídas entre as ações beneficiárias do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), conforme determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PLC 177/2015 segue para a análise do Plenário do Senado.

De autoria do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), o projeto permite que ações executadas no Brasil e no exterior para captar turistas e eventos para o país recebam os incentivos da Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), que instituiu o Pronac. O objetivo é estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, por meio da utilização dos recursos do Fundo Nacional de Cultura e de parcela do Imposto de Renda devido pelas empresas.

No relatório, o ex-senador Ricardo Franco afirmou que a inclusão de projetos culturais no Pronac vai contribuir para o desenvolvimento das áreas de cultura e turismo. O relatório foi lido por Roberto Muniz (PP-BA).



Na reunião, presidida por Romário (D), os senadores também aprovaram audiência para debater metas para a educação

A CE aprovou ainda requerimentos para realização de audiências públicas sobre educação. Um deles, de autoria Cristovam Buarque (PPS-DF), convida o ministro da Educação, Mendonça Filho, para debater as metas do Plano Nacional de Educação.

Ideb

Cristovam demonstrou preocupação com metas não cumpridas. Segundo o senador, o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostra a “decadência total” da educação no Brasil.

— Nós tínhamos meta 5 e

não conseguimos alcançá-la. A nota do ensino médio brasileiro é 3,7. Não há futuro nem para esses meninos e meninas nem para o Brasil.

Roberto Muniz disse que é necessário compreender por que os recursos dos orçamentos municipais não têm conseguido provocar uma mudança qualitativa na educação.

Já para Fátima Bezerra (PT-RN), o ensino fundamental mostrou crescimento no Ideb, principalmente nos anos iniciais, em que chegou a 5,5, superando a meta de 5,2. A senadora concordou, no entanto, com a tendência de estagnação do ensino médio.

— Isso revela, infelizmente, a incapacidade dos estados de oferecer uma política adequada nessa área — disse Fátima.

Diretrizes e bases

A comissão aprovou requerimento prorrogando por mais 120 dias o funcionamento do grupo de trabalho que estuda o aperfeiçoamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Uma audiência pública para debater a revisão da LDB também foi aprovada pelo colegiado. A senadora Fátima Bezerra solicitou uma sessão solene em homenagem aos 20 anos da lei.

Fátima pede mais verbas para cumprir metas na educação

Fátima Bezerra (PT-RN) disse ontem que é fundamental garantir o financiamento adequado ao ensino para viabilizar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

— Destaco principalmente a meta que trata da valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes melhoria salarial e formação continuada. Também destaco a meta que trata da gestão democrática com diálogo e integração entre estudantes, comunidade e escola — explicou.



Waldemir Borges/Agência Senado

Bezerra destaca bons resultados de Pernambuco no Ideb

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) saudou os bons resultados do estado dele no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado na semana passada. Para o senador, o sucesso de Pernambuco evidencia a correção da prioridade dada à educação e à escola em tempo integral pelo governo do estado, a partir de Eduardo Campos, em 2007.

Ele disse que após dez anos de esforços e dedicação, o estado comemora o primeiro lugar no ranking do ensino médio.



Waldemir Borges/Agência Senado

Para Medeiros, não haverá retirada de direitos trabalhistas

José Medeiros (PSD-MT) disse que é preciso resgatar a autoestima nacional, com a adoção de projetos que gerem mais oportunidades de emprego. Para ele, é preciso também entender que não haverá retirada de direitos trabalhistas, mas flexibilização do trabalho. O senador condenou o tratamento dado a quem gera emprego, como se o empregador fosse “bandido”.

Ele criticou a “política pequena” que ameaça as pessoas e divide a sociedade brasileira entre “nós” e “eles”.



Waldemir Borges/Agência Senado

País precisa deixar “guerra partidária”, afirma José Aníbal

Na avaliação de José Aníbal (PSDB-SP), a “guerra partidária” deve ser deixada de lado para que o país supere a crise no qual está imerso. Ele defendeu as primeiras medidas adotadas pelo presidente Michel Temer, como a redução de ministérios e a PEC 241/2016, que limita os gastos primários à inflação do ano anterior.

José Aníbal disse esperar também a aprovação do projeto de securitização da dívida pública e a contenção de contratações e aumentos salariais do setor público.



Waldemir Borges/Agência Senado

Deficit da Previdência será de R\$ 149 bilhões, diz Rose de Freitas

Rose de Freitas (PMDB-ES) defendeu a urgência de discutir uma reforma da Previdência.

Ela citou dados do Ministério do Planejamento que revelam que a Previdência apresentará déficit de R\$ 149 bilhões em 2016 e de R\$ 180 bilhões em 2017. Estimativas apontam ainda que, sem a reforma, os gastos previdenciários podem chegar a R\$ 1 trilhão em 2050. De acordo com ela, a reforma é considerada uma das principais medidas para recolocar as contas públicas no trilho certo do desenvolvimento.



Ano Volpato/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Jefferson Rudy/Agência Senado



Biato fala em sabatina, observado por Cobuccio e pelo senador Aloysio, presidente da Comissão de Relações Exteriores

Diplomata defende reforço a programa nuclear do país

Marcel Biato, que representará o Brasil na Agência Internacional de Energia Atômica, enfatizou os benefícios de usos com fins pacíficos. Também foi aprovado Bruno Cobuccio para embaixador na Costa do Marfim

O SENADO APROVOU ontem as indicações do governo para duas representações diplomáticas do Brasil. Tiveram os nomes confirmados pelo Plenário Marcel Fortuna Biato para representante na Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) e organismos internacionais conexos, com sede em Viena (Áustria), e Bruno Luiz dos Santos Cobuccio para a Embaixada na Costa do Marfim.

A indicação de Biato foi aprovada por 49 votos a 2, com 2 abstenções. Pela manhã, ele havia recebido o aval da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde passou por sabatina. No debate, disse haver um esforço no Brasil para refundar o programa nuclear, apesar de dificuldades enfrentadas, por exemplo, na extração e no enriquecimento do urânio.

O diplomata explicou como o país pode se beneficiar com os programas apoiados pela Aiea. Entre eles, o uso de radioisótopos no combate ao mosquito transmissor da zika.

— Dominamos uma tecnologia extremamente importante e estratégica, mas não estamos tirando proveito — disse. — O Brasil é um dos quatro países que dominam, com tecnologia autônoma, o ciclo da produção do urânio enriquecido. Qual o resultado? Mal conseguimos gerar 2% da nossa demanda.

A Aiea foi criada em 1957 e tem 168 Estados-membros. Ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), apresenta relatório anual à Assembleia-Geral da entidade e, quando necessário, informa ao Conselho de Segurança sobre Estados que estejam descumprindo questões relacionadas à segurança internacional.

O estatuto da agência prevê a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade mundiais.

Também visa assegurar que a assistência da Aiea não seja usada com finalidade militar.

Biato nasceu em 1958, em Buenos Aires (Argentina), mas é brasileiro segundo as normas constitucionais. Ingressou na carreira diplomática em 1980 e tornou-se ministro de primeira classe em 2007.

Mestre em sociologia política pela London School of Economics, de Londres (Inglaterra), serviu na missão brasileira junto à ONU, de 1999 a 2003; em missão temporária em Havana (Cuba), em 2006; e como embaixador em La Paz (Bolívia), de 2010 a 2013.

Ele tem experiência na resolução de conflitos internacionais e no direito internacional humanitário. É autor de publicações sobre o tema.

Exportações

Bruno Luiz dos Santos Cobuccio foi confirmado pelo Plenário como embaixador na Costa do Marfim por 65 votos a 2, com 2 abstenções. Na sabatina na CRE pela manhã, onde teve a indicação aprovada, informou que a Costa do Marfim tem crescido de 8% a 10% ao ano, com retorno de investimentos estrangeiros.

No entanto, segundo ele, o Brasil tem se aproveitado pouco desse processo. Incrementar as exportações para aquela nação é um dos objetivos que terá à frente da embaixada.

— A Costa do Marfim é a terceira economia da África Ocidental, mas infelizmente isso não tem se refletido nas exportações brasileiras para aquele país. Elas diminuíram cerca de 35% entre 2006 e 2015.

Localizada no oeste da África, a Costa do Marfim tem o francês como língua oficial. No campo da cooperação bilateral, um destaque foi a doação de remédios e de dinheiro pelo Brasil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, durante a guerra civil no país africano, entre 2010 e 2011.

Aproximadamente 130 brasileiros vivem na Costa do Marfim. A maioria é formada por missionários e militares a serviço das Nações Unidas.

Natural de Santos (SP), Cobuccio formou-se em Economia pela Universidade de Campinas em 1977 e, em 1982, entrou no curso preparatório da carreira diplomática. Em 2010, concluiu o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, depois de defender tese sobre os investimentos espanhóis na América Latina.

Foi embaixador no Gabão e trabalhou nas embaixadas no Uruguai e na França. No Brasil, entre outros cargos, foi assessor especial do Ministério da Integração e chefe de gabinete do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.



Indicado para Conselho Diretor da Anatel tem apoio de relator

O engenheiro eletricista Juarez Martinho Quadros do Nascimento, indicado ao cargo de presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), será sabatinado na próxima reunião da Comissão de Infraestrutura (CI), ainda sem data confirmada.

O relator da indicação, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), leu o parecer em reunião da CI ontem. No texto, ele afirma que o indicado possui experiência profissional e formação técnica adequadas ao cargo.

— A indicação foi feita em cima da preocupação de que os diretores, não só da Anatel, mas de todas as agências reguladoras, sejam escolhidos pela competência e conhecimento na área em que vão atuar, e não por indicação político-partidária — frisa.

Hélio José (PMDB-DF) disse esperar que a mudança de direção na agência reforce o papel da Anatel de regulação

e fiscalização, sem privilegiar interesses de empresas do setor.

Conforme norma regimental, o presidente da comissão, Garibaldi Alves (PMDB-RN), concedeu vista coletiva do texto. Se aprovada pelos senadores da CI, a indicação segue para deliberação final no Plenário.

A indicação, enviada ao Senado pela Presidência da República, decorre da renúncia de João Batista de Rezende, que ocupava a presidência do Conselho da Anatel desde novembro de 2011.

Juarez Quadros foi ministro das Comunicações entre abril e dezembro de 2002, no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso. Ainda no ministério, foi secretário-executivo e secretário de Fiscalização e Outorgas. Também foi diretor da Telebras e conselheiro dos Correios, da Telerj, da Telesp e da Embratel.

Governo deverá divulgar na TV cadastro de desaparecidos

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem proposta que obriga o governo federal a fazer campanhas de utilidade pública para divulgar o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. O PLS 44/2016 segue agora para análise da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A iniciativa, de Cristovam Buarque (PPS-DF), torna obrigatória a divulgação, pelo Executivo federal, de informações do cadastro, incluindo fotografias de desaparecidos. A publicidade deverá ser veiculada nos intervalos televisivos, diaria-

mente, por no mínimo um minuto, entre as 18h e as 22h.

Cristovam também sugeriu que seja apresentada emenda para incluir idosos e pessoas com deficiência nas campanhas. O texto original se limita a crianças e adolescentes.

O relator na CCT, José Medeiros (PSD-MT), apresentou emenda para registrar que as campanhas publicitárias para divulgação de informações de desaparecidos serão pagas pelas dotações orçamentárias já consignadas ao Executivo com esse propósito.

O projeto, disse o relator, é importante para dar visibilidade ao cadastro.

Senado fará seminário para discutir os rumos da economia

O Senado fará um seminário em homenagem ao economista e ex-professor da Universidade de Illinois (EUA) Werner Baer, morto em 31 de março. Por sugestão de Cristovam Buarque (PPS-DF), idealizador do seminário, o evento será feito em conjunto pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), onde o requerimento foi aprovado ontem. A data do debate ainda não foi marcada.

Baer, disse Cristovam, foi um entusiasta das pesquisas em desenvolvimento econômico e da industrialização da América Latina, com interes-

se na economia brasileira.

— A ideia é unir esses economistas e debater para onde deve ser levada a economia brasileira, com a pobreza persistindo — disse o senador.

Também foi aprovado requerimento para realização de audiência para instruir o debate sobre o PLS 696/2015. A proposta obriga empresas do setor elétrico e da indústria do petróleo a investir recursos de pesquisa em fontes alternativas de geração de energia elétrica.

Os senadores também aprovaram três requerimentos de informação ao Ministério do Planejamento.

Avança proposta que muda regras eleitorais

Texto que extingue coligações nas eleições proporcionais, cria cláusula de barreira para os partidos e reforça fidelidade partidária passou ontem pela primeira sessão de discussão no Plenário

PROPOSTA DE EMENDA à Constituição que reforça a exigência de fidelidade partidária, extingue as coligações nas eleições proporcionais e cria cláusula de barreira para os partidos passou pela primeira sessão de discussão no Plenário do Senado ontem à noite. Pela manhã, a PEC 36/2016 havia sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC 36/2016 é uma iniciativa dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que defendem a revisão das regras eleitorais. Segundo eles, mexer nesses pontos pode corrigir muitas distorções do atual sistema. O relator na CCJ, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentou relatório favorável, na forma de substitutivo.

A proposta cria a categoria dos partidos com “funcionamento parlamentar”, que terão acesso a Fundo Partidário e tempo de rádio e televisão, estrutura funcional própria no Congresso e direito de propor ao Supremo Tribunal Federal (STF) ações de controle de constitucionalidade.

Para ter funcionamento par-

lamentar, um partido precisará obter votação nacional mínima nas eleições gerais: pelo menos 2% dos votos válidos em 2018 e pelo menos 3% a partir de 2022. Esses votos deverão estar distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação.

Políticos que se elegerem por partidos que não tenham sido capazes de superar a barreira de votos terão asseguradas todas as garantias do mandato e podem mudar para outras legendas sem penalização.

Desfiliação

A PEC estipula que políticos que conquistarem mandatos nas eleições de 2016 e 2018 vão perdê-los caso se desfilie dos partidos pelos quais disputaram o pleito. Da mesma forma, os vices e suplentes não terão o direito de substituir os titulares se deixarem suas legendas.

As exceções dizem respeito à desfiliação em caso de mudança no programa partidário ou perseguição política. Uma terceira ressalva é feita para políticos que se elegerem por partidos que não tenham superado a cláusula de barreira.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou que a votação



Aécio Neves e Ricardo Ferraço, autores da proposta, conversam com o relator, Aloysio Nunes, que apresentou substitutivo

da proposta na CCJ se deu “sem discussão aprofundada” e disse que, na próxima reunião de líderes, buscará um acordo. Ela lembrou que recentemente a própria CCJ aprovou uma proposta (PEC 113-A/2015), relatada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que define cláusula de barreira de 1,5%.

— Considero o que foi aprovado hoje [ontem] como algo traumático ao processo democrático brasileiro. Uma cláusula de barreira de 3% fará com que tenhamos pouquíssimos partidos. Precisamos buscar uma saída — disse a senadora.

Já Alvaro Dias (PV-PR) elogiou a PEC e disse que a cláusula de 3% é um passo para que depois se adote barreira

de 5% — a ideal, para ele.

Outra determinação da PEC é que, a partir de 2020, sejam extintas as coligações partidárias em eleições legislativas. A escolha de deputados federais e estaduais e de vereadores se dá pelo sistema proporcional, em que os partidos recebem um número de cadeiras equivalente a sua votação percentual. Hoje os partidos podem se juntar em coligações, de modo que as votações das legendas coligadas são somadas na hora de calcular a distribuição de cadeiras.

Federação de partidos

Na CCJ, Ferraço apresentou emenda prevendo a adoção do sistema de federação de partidos, acolhida no substitutivo. O argumento é de que, no sistema de federação, os partidos permanecem juntos ao menos até o período de convenções para as eleições subsequentes, o que torna o cenário político mais definido e confere legitimidade aos programas partidários. Para o senador, a federação de partidos supera o obstáculo do fim das coligações e da cláusula de desempenho, sem criar dificuldades a legendas de menor representação parlamentar.

São necessárias cinco sessões de discussão para que a PEC seja votada em primeiro turno. Antes da votação final, haverá mais um turno de discussão. Os líderes partidários decidiram ontem que a proposta será discutida em conjunto com a PEC 113-A/2015.

Para Renan, reforma política é fundamental para a governabilidade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem em entrevista que a PEC 36/2016, que estabelece a cláusula de barreira para a representação partidária no Legislativo, traz pontos “absolutamente necessários à governabilidade do país”:

— Como as coisas são hoje, com cerca de 30 partidos, é quase impossível para qualquer governo construir uma base consistente, duradoura, baseada em propostas. Este sistema está esvaído, precisamos reduzir o número de partidos — afirmou.

Renan acredita que a proposta poderá ser aprovada após o processo eleitoral, em novembro, e que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, também está disposto a dar continuidade efetiva à tramitação.

Perguntado pelos jornalistas, Renan também falou sobre a reforma da Previdência. Ele disse que considera relevante para o governo definir um modelo de reforma do setor. No entanto, frisou, essa reforma deve ter resultados concretos e não retirar direitos:

— Tem que ter uma regra de transição, tem que respeitar os direitos adquiridos e as expectativas de direito.

Substitutivo à PEC 36/2016

| | |
|----------------------------------|--|
| Coligações | Ficam extintas as coligações nas eleições proporcionais a partir de 2020. Coligações nas eleições para cargos majoritários (presidente, governadores, senadores e prefeitos) continuam sendo permitidas. |
| Cláusulas de barreira | Estabelece cláusulas de barreira para os partidos políticos. Só poderão ter funcionamento parlamentar os partidos que: 1) a partir das eleições de 2018: obtiverem um mínimo de 2% dos votos válidos distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas. 2) a partir das eleições de 2022: obtiverem um mínimo de 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas. |
| Funcionamento parlamentar | Somente os partidos com funcionamento parlamentar terão direito a: 1) participação nos recursos do Fundo Partidário; 2) acesso gratuito ao rádio e à televisão; 3) uso da estrutura funcional oferecida pelas Casas legislativas. |
| Direitos dos eleitos | Os eleitos por partidos que não alcançarem o funcionamento parlamentar têm assegurado o direito de participar de todos os atos inerentes ao exercício do mandato. Além disso, podem se filiar a outro partido sem risco de perda de mandato. A filiação, no entanto, não será considerada para efeitos de Fundo Partidário e acesso ao tempo de rádio e TV. |
| Fidelidade partidária | Cria regras para fortalecer a fidelidade aos partidos: 1) prefeitos e vereadores eleitos em 2016 — e também deputados, senadores, governadores e presidente da República eleitos a partir de 2018 — que se desfilie dos partidos que os elegeram perderão o mandato, ressalvadas exceções previstas pela própria PEC. 2) vice-prefeitos, vice-governadores e vice-presidente que se desfilie dos partidos pelos quais concorreram não poderão suceder os titulares de chapa assumindo a titularidade definitiva do cargo. 3) perderão a condição de suplentes de vereador, de deputado e de senador aqueles que se desfilie dos partidos pelos quais concorreram, considerada a regra citada no item acima. |
| Federação de partidos | Os partidos políticos com afinidade ideológica e programática poderão se unir em federações, que terão os mesmos direitos das agremiações nas atribuições regimentais nas Casas legislativas e deverão atuar com identidade política única, resguardada a autonomia estatutária das legendas que as compõem. |

Veja Especial Cidadania sobre o tema: <http://bit.ly/partidosbrasil>

Comissão aprova projeto que criminaliza atos de violência contra cães e gatos

Uma proposta que criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 39/2015 será votado agora pelo Plenário do Senado.

O texto enquadra criminalmente as condutas de matar cães e gatos, omitir socorro, abandonar, promover lutas e expor esses animais a perigo. Prevê ainda aumento de pena quando o crime

for praticado com uso de veneno, fogo, asfixia, mediante reunião de mais de duas pessoas ou ainda quando acarretar a debilidade permanente no animal.

O relator, Alvaro Dias (PV-PR), apresentou parecer pela aprovação, com emendas. O senador observou que a Lei de Crimes Ambientais já tipifica como crime a prática de maus-tratos contra animais domésticos, que é punida com detenção de três meses a um ano,

mais multa. Como os atos de violência continuam acontecendo, ele concorda que é preciso mudar a lei penal para desestimular esses comportamentos.

Apesar de apoiar a proposta, o relator avaliou que as penas recomendadas pelo autor, o deputado federal Ricardo Tripoli (PSDB-SP), são “excessivas e desproporcionais” quando comparadas às penas por atos de violência contra seres humanos. A pena de três

a cinco anos de detenção prevista no texto para quem mata um cão ou um gato, por exemplo, é maior do que a de quem comete homicídio culposo ou lesão corporal grave, e a de omissão de socorro desses animais é seis vezes maior que a do crime de omissão de socorro previsto no Código Penal, observou Alvaro em seu relatório. Esse entendimento o levou a promover ajustes nas penas sugeridas no projeto.